

“Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950”

Fábio Antonio de Campos¹

Resumo

Tendo como referência o debate sobre o imperialismo, o objetivo do trabalho é mostrar a particularidade da internacionalização do mercado interno latino-americano após a Segunda Guerra, em especial o caso brasileiro, por meio do investimento direto estrangeiro (IDE). Para tanto, analisaremos a especificidade imperialista das empresas multinacionais nos anos 50 do século XX e os motivos de seu deslocamento para a América Latina. Em seguida, abordaremos as condições concretas de internacionalização produtiva e os condicionantes internos que levaram a um aprofundamento da dependência externa e do subdesenvolvimento na região.

Palavras-chave

Imperialismo, capital internacional, investimento direto estrangeiro, economia latino-americana.

Abstract

According to the debate on imperialism, the objective of this work is to show the particularity of the internationalization of the domestic market in Latin America after World War II, in particular the case of Brazil, through foreign direct investment (FDI). We will analyze the specificity of the imperialist multinational companies in the 50s of the twentieth century and their reasons for moving to Latin America. Next, we will discuss the concrete conditions of productive internationalization and internal conditions that led to a deepening of external dependence and underdevelopment in the region.

Keywords

Imperialism, international capital, foreign direct investment, Latin American economy.

1. Introdução

O tema imperialismo renasce diante da crise atual como mediação histórica necessária para entender as contradições do capitalismo no estágio presente. Reaparece também como possibilidade de reflexão para superar o modo de vida atual, refletindo novos horizontes socialistas. Também diz respeito às particularidades que emanam das diferentes economias nacionais em suas distintas relações hierarquicamente constituídas com a mundialização financeira. Nesse sentido, estudar a relação do imperialismo com países de passado colonial que se apresentam secularmente dependentes e subdesenvolvidos torna-se tarefa imprescindível.

Ao recolocarmos o debate clássico sobre imperialismo da transição do século XIX para o XX, reintroduzimos a tarefa de pensar um fenômeno concreto a partir de uma análise concreta de modo a ligar os elos que conectam o legado de Marx aos processos de desenvolvimento imperialista subsequentes. Significa em última instância resgatar certas categorias que permitam decifrar novos objetos de pesquisa, tendo como princípio a superação da realidade imposta. Aliás, foi dessa preocupação que nasceram os estudos de Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Kautsky,

¹ Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Bukharin e Lênin. Dentre as várias contribuições do amplo debate vivido, a relação entre as economias capitalistas centrais e as periféricas, imersas em uma complexa teia inscrita na reprodução ampliada do capital, constitui o plano mais geral desse trabalho.

Muito mais como uma referência de nosso objeto, quanto da construção analítica capaz de atualizar possíveis leis de funcionamento do imperialismo, resgataremos um caso específico de articulação imperialista, cuja existência se coloca naquilo que foi chamado de auge da industrialização pesada latino-americana após a Segunda Guerra. Ao percorrer tal problemática, apresentaremos as categorias mais gerais do imperialismo à luz das exportações de capitais para a periferia, em especial o investimento direto estrangeiro (IDE) voltado à internacionalização do mercado interno latino-americano a partir dos anos 1950.

A estratégia de acumulação e de concorrência capitalista da grande empresa multinacional nessa fase se apresentava como uma das principais características do imperialismo, levando, inclusive, muitos estudiosos a reviver o debate clássico. A internacionalização nesse momento redefiniu tanto as relações sociais de exploração capitalista, o modo de implantação das forças produtivas, quanto a estratégia de hierarquização das economias periféricas no novo padrão de acumulação mundial. No caso latino-americano –, em especial o mais avançado do ponto de vista da implantação das forças produtivas, o Brasil –, ao rearticular os nexos de subordinação com o centro capitalista, aprofundava-se o desenvolvimento capitalista em vistas a transformá-lo na principal potência industrial da região, ao mesmo tempo em que se redimensionava sua dependência externa e seu subdesenvolvimento.

Assim, esse trabalho tem por objetivo delimitar as principais características do imperialismo tendo a projeção da concorrência intercapitalista na América Latina o eixo analítico principal, em que a associação dos interesses de empresas multinacionais por meio da destinação de capital internacional e as forças nativas, sobretudo o chamado Estado desenvolvimentista e as burguesias internas, estabeleceram a essência da dominação. Colocar essa quadra histórica em perspectiva, não significa apenas apresentar mais um capítulo de exploração da economia latino-americana às forças imperialistas, mas mostrar como que, ao se consumir o domínio do mercado interno e o controle estratégico dos principais centros decisórios nacionais, criou-se um novo patamar de subordinação ao imperialismo que obstruiu, por exemplo, a formação econômica brasileira, sepultando qualquer possibilidade de reversão na fase atual do capitalismo.

Como forma de responder a tais indagações, o presente trabalho, além desta breve introdução, se inicia com uma caracterização do imperialismo em seu período clássico, para posteriormente enquadrar sua particularidade no pós-Segunda Guerra, procurando definir o padrão de acumulação capitalista, a hegemonia norte-americana e o papel da grande empresa multinacional. Em seguida, observaremos a expansão das empresas estrangeiras à América Latina,

analisando a experiência brasileira à luz de sua liderança na destinação de capital internacional, em particular o IDE. Por fim, apresentaremos algumas considerações finais.

2. Imperialismo no pós-Segunda Guerra

O imperialismo constituiu-se num fenômeno historicamente determinado como mostrou Lênin no final do século XIX. Seu traço essencial era a condição monopolista como resultante de uma fase superior do capitalismo em que tinha no capital financeiro, resultado da junção cartelizada entre capital industrial e capital bancário, o elemento básico para o aprofundamento da acumulação². Fica evidente a preocupação de Lênin em investigar, a partir das leis gerais de funcionamento do capital estabelecidas por Marx³, e mesmo pelas contribuições de Hobson e Hilferding, uma nova realidade a partir de um esquema analítico que desenhasse os novos contornos da reprodução ampliada capitalista⁴. Imerso no acirramento da luta de classes no capitalismo, o autor fez tal análise não como mero exercício de reflexão acadêmica, mas como uma das tarefas inauditas de preparação teórica para a revolução socialista⁵.

A partir desse rico debate, nossa preocupação é definir o sentido básico das exportações de capitais do centro para a periferia capitalista, de forma a extrair alguns elementos que norteiem a caracterização mais geral do imperialismo no período do pós-Segunda Guerra. Começando pela origem do problema, antes mesmo da teoria do imperialismo, a rivalidade capitalista, que é responsável pelo movimento de concentração e centralização do capital, leva às contradições da acumulação dentre as quais Marx nos mostra a superprodução como decisiva⁶. Isso se coloca como um desafio permanente à reprodução do capital, exigindo a ampliação dos mercados para além das

² LENIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

³ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1999.

⁴ HILFERDING, R. *O Capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 e HOBSON, J. A. *Imperialism, a study*. London: Georg & Unwin, 1968.

⁵ Uma síntese metodológica da teoria de imperialismo de Lênin pode ser conferida em SAMPAIO Jr., P.S.A. “Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução” - Apresentação In: LENIN, V.I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas-SP: FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011.

⁶ A essência da questão da superprodução que pode, aliás, se manifestar em crises capitalistas, Karl Marx, *As Crises econômicas do capitalismo*, São Paulo: Ched Editora, 1982, a colocou nos seguintes termos: “processo total de acumulação é, em primeiro lugar, um processo de produção em excesso que responde, de um lado, ao crescimento natural da população e que, de outro serve de base imanente aos fenômenos que se manifestam nas crises. A medida desta produção em excesso é dada pelo próprio capital, pela escala existente das condições de produção e o desmedido intuito de enriquecimento e capitalização dos capitalistas: não é dado, de modo algum, pelo consumo, que é, por si mesmo, limitado, já que a maioria da população formada pela população operária, só pode ampliar seu consumo dentro dos limites muito estreitos” (p.14). (...) “Nega-se a superprodução de mercadorias e se reconhece, em troca, a superprodução de capital. Mas o capital é formado, por sua vez, por mercadorias e, quando consiste em dinheiro, tem que tornar a se converter em mercadoria de um outro tipo para poder funcionar como capital. O que significa então, superprodução de capital? Significa simplesmente superprodução de massas de valor destinadas a criar mais-valia ou, se nós ficarmos no conteúdo material, superprodução de mercadorias destinadas à reprodução, isto é, reprodução numa escala demasiada, o que equivale a dizer, simplesmente, superprodução. Visto mais de perto, isto significa, por sua vez, puro e simplesmente, que se produz muito com a finalidade do lucro, o que se destina uma grande parte do produto não a ser consumido como renda mas a produzir mais dinheiro e maior poder sobre o trabalho alheio, mais capital” (p. 66). (...) “A superprodução tem, em especial, como condição, a lei geral da produção de capital, que consiste em produzir na medida das forças produtivas, isto é, segundo a possibilidade de explorar a maior quantidade possível de trabalho com em dada quantidade de capital sem atender à limitação de mercado nem às necessidades solventes, suscetíveis de pagamento, levando a cabo a reversão constantes das rendas em capital, enquanto que, por outro lado, a massa de produtores se limita e tem necessariamente que se limitar, segundo as bases da produção capitalista, à média marcada pelas necessidades” (p.67).

fronteiras originárias de extração de mais-valor para conservar a própria dinâmica de valorização capitalista⁷.

Não nos cabe aqui mostrar todos os meandros da crítica à economia política que permitiriam identificar com precisão o alongamento da valorização capitalista como resultante da necessidade de conservar o valor. No entanto, é legítimo frisar que o ponto de partida está na força motriz do modo de produção capitalista que se circunscreve sempre a uma luta sem trégua pela acumulação. Segundo Marx, a produção capitalista em sua lógica de reprodução ampliada, além de produzir mercadorias e mais-valor, produz e reproduz as relações capitalistas em seu conjunto: de um lado, os capitalistas incrustados na lógica de concorrência, de outro, os assalariados expostos à contínua exploração do trabalho. Em face do aprofundamento da relação capital/trabalho, a dinâmica se estabelece, então, por apresentar ao mesmo tempo a concorrência intercapitalista que exacerba a concentração e centralização de capitais levando a um estágio de superprodução, e de outro, por um acirramento da luta de classes, cuja necessidade de expansão em busca de mais-valor se revela pela fúria do capital em manter o ritmo acelerado de valorização a qualquer preço. A concorrência intercapitalista e o aumento da exploração do trabalho humano são dessa forma peças fundamentais que integram e dão vida a engrenagem do sistema, mas que só se movem aprofundando a contradição máxima do capital que é negar aquilo que lhe dá valor, ou seja, a força de trabalho⁸.

O tema imperialismo surge como desdobramento desse dilema. Senão vejamos. O imperialismo, a despeito de não pertencer ao núcleo teórico presente na obra de Marx, a sua análise sobre a intensificação da concorrência capitalista, que tem na expansão econômica internacional um fator contrariante na tendência à queda na taxa de lucro, permite esboçar a sua origem no próprio modo de produção capitalista e não fora dele como advogavam os não-marxistas⁹. Mesmo que Marx não tenha desenvolvido uma teoria sobre o imperialismo, estabeleceu as sendas para os estudiosos fazerem as conexões necessárias para cada período histórico. Isso fica claro na análise de Barratt Brown¹⁰, quando ele mostra como praticamente todas as teorias marxistas do imperialismo partem das tendências contrárias à queda da taxa de lucro. No entanto, o autor vai além, pois procura aprofundar essa temática, apresentando a seguinte hipótese: uma das tendências contrárias, longe de ser episódica, tornou-se em si mesma subjacente à acumulação capitalista nos diversos

⁷ Essa ideia de ampliação se refere ao próprio tencionamento das possibilidades de valorização capitalista a partir do domínio de mercados tanto para o consumo, quanto para investimentos externos. Aqui não compartilhamos do conceito de mercados externos pré-capitalistas definidos por Rosa Luxemburgo, *A Acumulação do Capital*: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Para nós, os mercados apresentam tempos históricos diferentes e estágios distintos, delimitados por um desenvolvimento desigual, mas que são sempre capitalistas e imersos em toda a reprodução ampliada do capital.

⁸ Ver especialmente o capítulo 23 do livro I, em MARX, *op. cit.*, 1985.

⁹ Alguns autores que procuravam reformar o capitalismo identificaram o fenômeno do imperialismo muito mais como algo estranho e exógeno à lógica capitalista, quanto uma necessidade do processo de acumulação. Para eles, características do passado como laços senhoriais, mercantilismo e atavismos diversos oriundos da nobreza, eram as chaves para decifrar o imperialismo. Dentre alguns, destacamos: KAUTSKY, K. “O Imperialismo e a guerra”, *História & Luta de Classes*, n.6, Novembro 2008; HOBSON, *op. cit.*, 1968; e, SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

¹⁰ BROWN, M. B. *Economia do imperialismo*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1974.

tempos do imperialismo. Nesse caso, a chamada exportação de capital, ao invés de ser a exceção, tornou-se a regra que percorre a origem do imperialismo até os tempos atuais.

Assumindo essa assertiva para transitarmos ao final do século XIX, é necessário notar que os condicionantes históricos erigidos com a Grande Depressão em 1873, as políticas econômicas protecionistas norte-americanas, os inovadores padrões de financiamento tanto desse país quanto do governo prussiano, bem como as economias de guerra que pavimentavam a nova partilha imperial entre países do centro capitalista e os espaços periféricos, exigiram a extrapolação da valorização por meio da exportação de capital. Entendidas também como exportações de mercadorias, empréstimos externos e investimento direto ou de portfólio, a exportação de capital tornou-se não por acaso um dos temas centrais de Lênin¹¹.

Por meio da investigação de vários estudos empíricos sobre os fluxos de bens e capitais, Lênin avaliou a interpenetração das várias modalidades de exportações de capitais para assegurar o domínio das regiões hospedeiras pelos “trustes internacionais”, cujas exportações de mercadorias eram “casadas” com os empréstimos e os investimentos de carteira e diretos (IDE). Tudo isso assegurava uma rede de oportunidades de lucratividade para o capital que pelo controle financeiro se mantinha também a unidade. Tal movimento representou a própria ampliação da valorização capitalista, em que praticamente o mercado interno de origem das grandes potências imperialistas se prolongava para as regiões periféricas de destino. Lênin mostrou que tal domínio se realizava basicamente por transformar as regiões hospedeiras em meros fornecedores de matéria-prima e de mercados para o consumo e para os investimentos estrangeiros.

Os elos que ligam a reprodução ampliada do capital por meio das exportações de bens e investimentos já estabelecem em pleno final do século XIX a anatomia do que conhecemos hoje com uma economia mundial, cuja análise de Bukharin a conceitualiza como um sistema de relações de produção e de relações de troca intercambiáveis que abrangem a “totalidade do mundo”¹². Essa integração imperialista por meio de um espaço mundial não anula, todavia, a escala nacional, que para o autor é funcional ao sistema. Ao discutir a natureza da cartelização nacional da indústria, o autor mostra como é precisamente neste ínterim que ocorre um dos principais fatores de aglomeração nacional do capital. O Estado serve como base de ação internacional dos trustes financeirizados, permitindo que a economia mundial se apresente como um corpo organizado e coerente entre grandes potências capitalistas e a periferia. Assim, o nacionalismo seria uma condição ao monopólio nos termos que Lênin também salientou, garantindo o trânsito internacional para a acumulação¹³.

¹¹ LÊNIN, *op. cit.*, 1979.

¹² BUKHARIN, N. *O Imperialismo e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora, Melso, s/d.

¹³ Segundo Nicolai Bukharin, *op. cit.*, s/d, p.114 “temos aí, na realidade, o resultado dos interesses e da ideologia do capitalismo financeiro, o qual, infiltrando-se na economia mundial por todos os seus poros, cria, ao mesmo tempo, uma violenta tendência ao isolamento dos corpos nacionais à formação de um sistema econômico auto-suficiente, visando a consolidar seu monopólio.

Como seria possível pensar esse trânsito nas primeiras décadas do pós-Segunda Guerra, tendo presente um novo padrão de acumulação capitalista que carrega consigo tanto os clássicos determinantes da análise do imperialismo, quanto os novos? Como definir dentro desse padrão de acumulação capitalista os nexos orgânicos que recolocam os espaços econômicos periféricos subordinados aos centros capitalistas perante a necessidade de valorização capitalista constante?

Para responder essa questão, obviamente temos que ter presente as categorias de análise do imperialismo, mesmo sabendo que apenas elas não são suficientes, uma vez que foram construídas numa realidade histórica distinta, obedecendo a mediações particulares do período. Mesmo assim, é possível sumarizar os seguintes pressupostos:

1)- Centradas sobretudo na relação capital/trabalho, a concorrência intercapitalista constitui-se no dínamo que impulsiona as contradições capitalistas, se colocando por meio da ampliação internacional dos mercados internos num estágio superior;

2)- Mais do que uma resposta episódica e contrariante à tendencial queda na taxa de lucro, as exportações de capitais tornam-se desde a “fase superior do capitalismo” a forma usual de reproduzir os interesses concretos de valorização capitalista;

3)- As diferentes modalidades de capitais exportados são múltiplas dimensões de um todo articulado em nome da valorização capitalista, onde há uma interpenetração de interesses e estratégias de acumulação;

4)- Mesmo que a economia mundial alinhava estas teias que interligam fluxos e estoques de diferentes capitais, ela não se resolve por um conluio capitalista garantidor da harmonia dos interesses capitalistas ou caudatários de um “concerto de nações”, mas no seu contrário, visto que exacerba a rivalidade imperialista;

5)- A rivalidade imperialista se traduz em rivalidades nacionais, visto que tal escala sustenta o acesso internacional tanto de fornecedores descentralizados internacionalmente, quanto de mercados para bens de produção e de consumo, além de investimentos produtivos fora do mercado de origem.

6)- Tendo o espaço internacional sido construído para a reprodução da valorização capitalista de forma permanente, a liberdade de ir e vir do capital representada pelos fluxos financeiros, só poderá ser garantida pelo exercício de sua mobilidade, mesmo que seja necessária o uso da violência militar, a imposição de um padrão monetário, ou de qualquer outra natureza estatal para a defesa do espaço imperial privado, rivalizando-se nas diversas oportunidades de lucro.

Paralelamente, portanto, à internacionalização da economia e do capital verifica-se um processo de aglutinação nacional, de nacionalização do capital, pleno de consequências. O processo de nacionalização do capital, isto é, de criação de corpos econômicos homogêneos, encerrados nas fronteiras nacionais e refratários uns aos outros, é igualmente estimulado pelas transformações ocorridas nas três esferas da economia mundial: as dos mercados consumidores, a das fontes de matérias primas e a dos investimentos de capital”.

Os marcos históricos no limiar do século XX, que ao mesmo tempo foram resultado da rivalidade imperialista colocada nos termos acima –, tal como as duas guerras mundiais intermediadas pela maior crise do sistema, bem como a construção do socialismo real que se desenvolveu como efetiva alternativa ao mundo capitalista –, serviram para metamorfosear o padrão de acumulação capitalista e impor novos desafios à interpretação do imperialismo. Assim, qualquer análise que queira estabelecer os parâmetros essenciais da expansão imperialista no pós-Segunda Guerra tem que se ater, por um lado, ao novo padrão de acumulação capitalista como um desdobramento da hegemonia norte-americana e o papel de sua grande empresa. Por outro lado, as relações geopolíticas que compreendem as forças capitalistas e a periferia, bem como o papel da União Soviética que influencia o tipo de manejo da ordem capitalista apresentam-se como a linha mestra de uma possível reflexão.

Problematizando tais questões perante a missão de explicar o imperialismo do pós-guerra, Magdoff traçou suas principais características comparando à época de Lênin¹⁴. Para o autor, se antes na relação entre nações e empresas havia grandes corporações concorrendo em uma determinada economia, nessa nova fase existiam sociedades capitalistas gigantes que entraram em concorrência em cada indústria. Em segundo lugar, o desenvolvimento dos poderes tecnológicos e financeiros nos termos da Segunda Revolução Industrial recolocou o estágio imperialista em um novo patamar, parindo um território global de disputas verdadeiramente internacionais. No entanto, o controle desses mesmos poderes se estabeleceu por escalas nacionais que projetaram a concorrência imperialista nos espaços periféricos, garantindo o domínio de mercados internos por nexos de dominação os quais as exportações de capitais lhes davam sentido. Vale ressaltar que a conquista do espaço de valorização periférico resultou, sobretudo, na junção de interesses geopolíticos das potências capitalistas e as estratégias de rentabilidade de suas corporações multinacionais.

O fiador dessa ordem imperial em expansão foram os EUA, mostrando-se como principal articulador econômico, político e militar diante da possível ampliação do socialismo no mundo ocidental¹⁵. Para Magdoff, a posição dos EUA foi muito mais orgânica nessa fase do imperialismo do que aquela em que ocupou a hegemonia britânica no fim do século XIX. A particularidade da hegemonia norte-americana se inscreveu na forma que ele organizou e estabeleceu o poder naquilo que o autor denominou de “rede imperialista”. O padrão de domínio norte-americano se consubstanciou por antigas e novas estratégias, dentre as quais se destacou a força militar que percorreu o mundo, permitindo principalmente auxílios a governos contra-revolucionários; o poder

¹⁴ MAGDOFF, H. *A Era do imperialismo: a economia norte-americana*. Lisboa: Portucalense, 1972.

¹⁵ Tal como observou Magdoff, *op. cit.*, 1972, ao fim da Segunda Guerra, os EUA eram responsáveis por cerca de metade da produção industrial mundial, e detinham por volta de dois terços das reservas de ouro mundiais. Os EUA também eram os destinadores de mais da metade dos investimentos internacionais no mundo, superando a histórica liderança do Reino Unido.

de impor compensações monetárias por meio do dólar; o controle dos órgãos ditos multilaterais que ditavam as normas do espaço de acumulação; bem como, a difusão de valores políticos e culturais tipicamente capitalistas; mas, sobretudo, o papel de disseminar assimetricamente o padrão de consumo, internacionalizando mercados por meio de suas empresas multinacionais. O peso relativo dos EUA como maior exportador de capital a partir do pós-guerra fica evidente abaixo:

Tabela 1
Investimentos no Estrangeiro dos Principais Países
Exportadores de Capital
 (Porcentagem)

	1914	1930	1960
EUA	6,3	35,3	59,1
Reino Unido	50,3	43,8	24,5
França	22,2	8,4	4,7
Alemanha	17,3	2,6	1,1
Países Baixos	3,1	5,5	4,2
Suécia	0,3	1,3	0,9
Canadá	0,5	3,1	5,5
Total	100	100	100

Fonte: Magdoff, *op. cit.*, 1972, p.65.

O IDE como uma modalidade fundamental das exportações de capitais para caracterizar o imperialismo nesse momento, será o foco de nossa exposição a seguir. A expansão da grande empresa norte-americana via IDE e seu confronto no espaço europeu com as empresas congêneres constituíram ao mesmo tempo a cooperação da “rede imperialista” em que o Estado norte-americano manteve sua força de aglutinação em nome da causa capitalista, mas também se converteu em seu oposto, visto que a rivalidade que emanou pelo confronto entre as empresas multinacionais nesta quadra, recolocou o estágio imperialista em intensas disputas concorrenciais. Desse modo, acreditamos que para entender o papel do IDE neste novo padrão acumulação capitalista mundializado e dele extrair os principais argumentos que contextualizam a América Latina, sejam importantes diferenciar as formas de conquistas de seus mercados internos.

Começamos então por definir o que significa esse novo padrão de acumulação capitalista e sua relação com o IDE, legitimando uma nova era imperialista. Em síntese, podemos analisar um padrão de acumulação mundial como um arranjo entre determinado regime monetário internacional, as regras para a circulação de bens e capitais e uma política condizente com os interesses da potência hegemônica. Assim, o padrão de acumulação que se desenvolveu no pós-Segunda Guerra se constituiu basicamente na relação entre o planejamento estatal e a expansão da grande empresa norte-americana. Passadas décadas de bloqueio da circulação de bens e capitais, motivada pela grande depressão, e a devastação das estruturas produtivas das economias centrais, cujos desdobramentos fizeram erigir uma crítica ao liberalismo desregulado, os EUA se colocaram como verdadeiro líder no sistema capitalista, sem oposição das outras economias ocidentais. Como bem

mostrou Gilpin¹⁶, o IDE norte-americano, além de reconstruir as economias destruídas pela Guerra, exportou um tipo de internacionalização que deu maior organicidade ao capitalismo, assim como facilitou a difusão de um típico projeto americano de influência global por outros Estados associados a ele.

O IDE foi primordial para desobstruir os limites à construção da “rede imperialista” emanada por Washington. No entanto, não devemos aqui confundir a saída fácil que muitos incorrem em achar que existia uma aliança imediata entre os interesses da grande empresa norte-americana, sobretudo a indústria de transformação, com a estratégia de política externa do Estado norte-americano. Entender os meandros do imperialismo significa fugir de certos automatismos, visto que a estagnação do mercado interno norte-americano como observou Brenner, responsável pelo declínio das taxas de lucro dos setores privados e pela queda na acumulação de capital como um todo, ajuda compreender melhor a opção por investimento direto no exterior ao invés de exportações de bens finais¹⁷. Basta lembrar que a maioria das destinações líquidas de ajuda à Europa tinha grandes oposições internas, com dificuldade de serem aceitas no congresso americano. Desse modo, é necessário enfatizar que a estratégia de expansão da empresa multinacional norte-americana se encaixa perfeitamente aos interesses imediatos de reconstrução europeia para combater o socialismo real –, segundo as prerrogativas do Departamento de Estado –, devido muito mais às restrições impostas pela desaceleração no ritmo de acumulação norte-americana, quanto da possível pressão estatal para forçar seu capital privado defender honrosamente uma geopolítica favorável¹⁸.

Um exemplo de mesma natureza ocorreu na tentativa de liberalização do comércio e de capitais conforme as primeiras versões do Acordo de Bretton Woods. Segundo Gilpin, ainda que tivesse passado por uma ampla discussão interna nos EUA e com a oposição dos setores “isolacionistas”, criaram-se critérios liberais de não discriminação, reciprocidade e princípio da nação mais favorecida sintetizados no GATT¹⁹. Essa estratégia, porém, teve que ser reavaliada, uma vez que as frágeis condições que apresentavam as economias europeia e japonesa exigiam um pragmatismo maior dos EUA na manutenção da ordem capitalista nessas regiões. O problema da “escassez de dólares” para reativar a circulação de capitais e mercadorias fez com que fossem desrespeitadas as principais pautas de conduta do GATT, todas elas marcadamente liberais.

¹⁶ GILPIN, R. *U.S. Power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. New York: Basic Books, 1975.

¹⁷ BRENNER, R. *O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003. Para o autor, nos EUA, “capital fixo já existente, já pago – ou empatado - desencorajava mais acumulação de capital, porque possibilitava às empresas utilizarem, livres de custo, suas instalações e maquinarias, desde que pudessem atingir ao menos a taxa média de lucro sobre os gastos de capital variável (salários, matérias-primas e bens intermediários) necessária para movimentar esse capital fixo. [...] O tamanho relativamente reduzido do “exército de reserva de desempregados” americano nas áreas rurais e nos negócios de família de quadro pessoal tradicionalmente sobrecarregado abriu o caminho para que o crescimento do emprego elevasse os salários com relativa rapidez, pois a demanda de mão-de-obra assim gerada era incapaz de provocar um aumento suficiente na oferta” (p.50).

¹⁸ GILPIN, *op. cit.*, 1975.

¹⁹ *General Agreement on Tariffs and Trade*.

A confecção da “teia imperialista” ou a consolidação de um “imperialismo informal” como sugeriu Panitch e Gindin exigia uma espécie de associação entre os Estados capitalistas, cuja força norte-americana se apresentava como núcleo central de defesa e consciência de classe burguesa na disputa de influência geopolítica com a URSS²⁰. As restrições que eram superadas também significavam que a salvaguarda do sistema dependeria da solidariedade do *hegemon* com o desenvolvimento dos Estados nacionais das principais potências capitalistas que, por sua vez, ao reconstruírem suas forças produtivas internas, garantiriam a expansão de todo o padrão de acumulação.

Com o intuito de ampliar e dar rigor à cooperação entre as burguesias centrais, o Plano Marshall, ao lado da Organização Militar do Atlântico-Norte (OTAN), se constituiu em uma expressiva destinação de recursos líquidos norte-americanos para tal fim, tendo como contrapartida a penetração da corporação norte-americana, sobretudo, do setor de bens de consumo duráveis na Europa Ocidental, atrelando-se aos setores de bens de capital europeus, principalmente alemães²¹. No Japão, tendo em vista a controversa posição no continente asiático animada pela proximidade soviética, mais uma vez os EUA se valeram do seu pragmatismo, permitindo que a economia japonesa se desenvolvesse por seus próprios meios, sem IDE norte-americano, mas com forte injeção de liquidez e agressivas discriminações contra as importações de produtos norte-americanos.

O principal reflexo da maturação das políticas de apoio norte-americanas aos capitalismo europeus, articuladas à própria estratégia de expansão de sua empresa multinacional por meio do IDE, ao mesmo tempo em que delimitou uma vasta teia de interesses numa espécie de cooperação transnacional, recriou a concorrência imperialista em novas bases agora em território europeu, encarnada na própria recuperação das corporações européias, em especial as alemãs. Assim, uma vez recuperadas as forças produtivas européias, as estratégias de suas empresas seguiram o caminho norte-americano, exportando plataformas de produção para a periferia e, no final dos anos 70, para os próprios EUA²². Esse movimento trouxe o fortalecimento das empresas multinacionais européias, que agora impunham ao rival uma superioridade tecnológica e administrativa²³. Articulada às próprias condições intrínsecas da concorrência imperialista, essa recuperação replicou uma reorganização produtiva patrocinada pelo planejamento estatal similar ao norte-americano. O resultado foi ao mesmo tempo a maturação de uma nova estrutura produtiva e o aumento dos limites

²⁰ PANITCH, L. e GINDIN, S. “Capitalismo global e império norte-americano”. In: PANITCH, L. e LEYS, C. *Socialist Register 2004: O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

²¹ BLOCK, F. *Las Orígenes del desorden económico internacional*. México: Fondo de Cultura, 1987.

²² HYMER, S. H. y ROWTHORN, R. “Corporaciones multinacionales y oligopolio internacional: el desafío no americano” In: TESTA, V. *Empresas multinacionales e imperialismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973; RODAN, P. N. R. “Os Investimentos multinacionais no âmbito da integração latino-americana” In: BANCO Interamericano de desenvolvimento *As Inversões multinacionais no desenvolvimento e integração da América Latina*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1969.

²³ COUTINHO, L. *The Internationalization of oligopoly capital*. Thesis of Doctored. Cornell University, Ithaca, 1975.

para a continuidade de sua valorização em um espaço reduzido geograficamente num estoque de capital dado. A contradição, entre um intenso potencial de acumulação das empresas européias e americanas conquistados no processo de consolidação do mercado comum europeu perante as vicissitudes da Guerra Fria, aliado a uma limitada capacidade de viabilizar a valorização dos investimentos das economias centrais, só poderia ser resolvida pela conquista dos mercados internos periféricos por meio de exportação de capitais.

O novo processo imperialista que se abriu nesse momento em direção à periferia tem na internacionalização industrial por meio de investimentos diretos sua principal razão de ser. Como veremos a seguir, a América Latina foi nessa fase a região escolhida no cálculo global para a transposição concorrencial entre a corporação norte-americana e a empresa européia, no que seria identificado como o “desafio europeu” confrontando os EUA em sua área cativa de influência. Os capitais das economias imperiais transferidos à periferia ajudariam a completar o “subsistema afiliado” de modo a retroalimentar o circuito de reprodução ampliada do capital²⁴.

3. Imperialismo na Periferia e a Internacionalização do Mercado Interno Brasileiro

Tendo esboçado as características centrais que definem o padrão de acumulação mundial nesse estágio imperialista e o papel do IDE para a construção dessa solidariedade estrutural entre as burguesias centrais e as razões que exacerbam a concorrência, chega o momento de analisarmos a dimensão dessa projeção nos espaços periféricos. Mais do que um mero efeito refratário do imperialismo do pós-guerra, o tipo de ampliação da valorização capitalista que atinge o espaço periférico nesse momento, qualifica o estágio imperialista como um todo. Para tanto, nossa tarefa a seguir será mostrar os determinantes do IDE como ação imperialista nessa fase, tendo como eixo a internacionalização dos mercados internos latino-americanos, em particular o caso brasileiro.

O descolamento das plantas produtivas das economias centrais, bem como a replicação de novas estruturas capitalistas organizacionais voltadas a uma particular disputa intercapitalista, demarcou o campo analítico de Hymer²⁵. Segundo o autor, a essência desse processo se constituiu na ampliação diferenciada dos níveis de controle da empresa multinacional sob os mercados periféricos. Tal controle permitiu a realização de lucros tendo como meta a crescente saturação dos mercados via oferta de produtos para uma determinada demanda corrente e futura. Uma forma avançada de garantir tal conquista foi a descentralização industrial, mantendo a centralização da gestão estratégica (tecnologia e finanças) inalterada. A disputa por espaços econômicos nacionais que garantissem tal privilégio criou ao mesmo tempo uma unidade com as burguesias internas dos

²⁴ COUTINHO, L. “Mudanças recentes na divisão internacional do trabalho” *Contexto*, n.2, mar., 1977.

²⁵ HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

países hospedeiros e uma rivalidade concorrencial entre as empresas multinacionais das burguesias centrais.

Para Hymer, as formas de organização internacional das corporações impunham um bloqueio à possibilidade dos centros internos de decisão dos países periféricos manejarem sua política econômica conforme suas próprias necessidades, uma vez que tanto a gestão macroeconômica, sobretudo no que tange câmbio, política fiscal e política monetária, quanto à legislação específica para investimentos internacionais, ficavam reféns da lógica de valorização. A ação era traçada do vértice das estruturas industriais multinacionais que tomam decisões sempre em termos relativos, mediante amplo leque de países potenciais a remunerar suas apostas. Desse modo, o IDE tornou-se um alvo preciso, isto é, uma arma do amplo arsenal imperialista que garantiu a posição oligopolista nos mercados internos integrados multinacionalmente. Através do IDE, solidificou-se a posição oligopolista, sancionando a diferenciação contínua dos produtos industrializados, em grande parte bens de consumo duráveis voltados para a faixa de renda mais enriquecida da população. O saldo desse processo se revelou muito mais pela estratégia de valorização da corporação internacional, quanto pelas necessidades históricas intrínsecas aos espaços econômicos nacionais periféricos.

Ao traçar uma linha entre Marx, Lênin, Bukharin, e o próprio Hymer, Michalet aprofundou essa noção de valorização capitalista por meio do IDE²⁶, tendo como referência a ampliação geográfica de geração do mais-valor nos termos da industrialização do pós-guerra. Para o autor, a formação de valor descentralizada simbolizou a principal característica da internacionalização do processo produtivo nesta fase. Em outras palavras, a natureza básica do imperialismo do pós-guerra foi um processo de transferência do lugar de criação de valor dos países capitalistas maduros para os de capitalismo subdesenvolvidos. A desigualdade entre estes diferentes espaços de acumulação refletiria a própria diferenciação das taxas de mais-valor. Em síntese, a “multinacionalização”, como forma de transferência espacial de geração de mais-valor, foi determinada por um duplo sentido: numa mesma composição orgânica do capital, a reprodução da planta produtiva originária de criação de valor deslocou parte de suas atividades para onde a taxa de mais-valor era maior; por outro lado, o controle da propriedade foi complexamente determinado ao se vincular a um território de estágio mais avançado na acumulação capitalista.

Na maneira de delimitar os vínculos fundamentais que organizavam a acumulação entre o centro e a periferia por meio do IDE, Michalet salientou que esse estágio imperialista do pós-guerra, donde a concentração de capital necessitou dilatar seu próprio espaço de valorização, mais do que a mera exportação de capital-dinheiro, permitiu o aumento em escala mundial da exportação de uma relação social que tinha na empresa multinacional sua base, na qual se multiplicava a potencialidade

²⁶ MICHALET, C. A. *O Capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

de exploração do trabalho. Assim, a transferência de lugar de criação de valor revelou uma nova fase que aprofundou as contradições de todo o modo de produção capitalista, tal como enunciadas por Marx. Uma vez disseminado a partir dos anos 1950, o controle dos mercados periféricos pelo capital internacional garantiu o repatriamento de lucros num espaço mundializado e que exigia como pré-requisito condições institucionais mínimas para a sua mobilidade. As múltiplas transferências de remessas de lucro intra-corporação, necessitavam de uma via comum para denominar a riqueza gerada na periferia, no caso, as moedas de curso internacional, cumprindo a conexão da geração e realização do valor por meio do entrosamento matriz-filial. Em suma, a internacionalização dos mercados internos periféricos consistiu para o autor em um dos tempos da “mundialização da relação social de produção e das forças produtivas”, cujo sintoma mais nítido do fenômeno foi a passagem da dominação formal, antes exercida por exportações de matérias-primas e importações de bens de luxo, para a implantação da indústria pesada.

A partir dessa descentralização das relações de geração de valor das economias centrais à periferia por meio de suas empresas, como é possível observar o fenômeno na América Latina? Por que tal continente se destacou como um dos prediletos no espaço de concorrência imperialista, e nele, o mercado interno brasileiro ocupou maior proeminência? Dessas exportações de capitais circunscritas à particularidade histórica, por que longe delas viabilizarem condições para um desenvolvimento capitalista relativamente autônomo, como os capitais ingleses permitiram aos EUA, Alemanha e Japão no século XIX, elas aprofundaram a dependência e o subdesenvolvimento das economias latino-americanas?

Para refletir tais questões, será necessário enquadrarmos a internacionalização industrial rumo às economias latino-americanas. A começar pela razão de escolha dessa região para investir, temos que ter claro que a internacionalização foi realizada tanto por corporações norte-americanas quanto por empresas européias. Dentre as regiões periféricas possíveis (Ásia, África e Oriente Médio), a América Latina ocupou quase $\frac{3}{4}$ do destino do IDE, como podemos observar na Tabela 2 – em 1967, seu estoque já ultrapassava os 18 bilhões de dólares. Essa descentralização produtiva, que manteve centralizados os controles financeiros e tecnológicos teve na América Latina uma particularidade. Embora o predomínio do IDE norte-americano fosse quantitativamente superior, como mostra a Tabela 2, resultado de sua penetração no continente desde o limiar do século XX, o caráter setorial de seu influxo revela aspectos qualitativos.

A maior parte de sua penetração estava atrelada a setores de exploração em recursos naturais, uma vez que os produtos manufaturados norte-americanos muitas vezes eram apenas montados e depois comercializados na América Latina, sem serem produzidos internamente. Neste ponto, a vinda dos capitais europeus para criar plataformas de produção, liderados pelos IDEs alemães, teria um papel relevante para estimular as corporações norte-americanas a reafirmarem sua

hegemonia na região. Analisando empiricamente o caso brasileiro, Moniz Bandeira nos indica os termos de tal concorrência imperialista, tendo a periferia como projeção²⁷.

Tabela 2

Estoque Mundial de Investimento Direto Estrangeiro

(1967 - US\$ Milhões)

Destino	Origem			
	Total	EUA	Europa	Japão e outros
América Latina	18.449,3	11.776,6	6.268,0	404,7
África	6.591,1	1.371,2	5.206,1	13,6
Ásia	4.991,5	1.776,5	3.018,6	196,4
Oriente Médio	3.102,7	1.779,0	1.238,7	85,0
Países subdesenvolvidos	33.134,5	16.703,9	15.731,5	699,7
Países desenvolvidos	72.129,5	39.860,7	23.768,5	8.500,3
Total	105.264,0	56.564,6	39.500,0	9.200,0

Fonte: SOURROUILLE, J., V. et al *Inversiones extranjeras en América Latina: política económica, decisiones de inversión y comportamiento económico de las filiales*. Bueno Aires: ITAL/BID, 1984.

Para o autor, as corporações alemãs do setor manufatureiro, num momento em que a maturação do seu mercado interno de origem atingiu o auge de potencialidade de acumulação, buscaram no Brasil de Kubitschek (1956-61) uma forma de resistir à concorrência do capital norte-americano, defendendo melhores condições de rentabilidade futura. A reação das empresas norte-americanas, por sua vez, foi confrontar o rival no mesmo espaço de disputa por valorização capitalista. Não será por outro motivo que após o Golpe Militar de 1964 a liderança dos IDEs em manufaturados terá como origem patrimonial os EUA. Na mesma direção, Luciano Martins mostrou conforme os dados da Tabela 3, que no setor manufatureiro os IDEs europeus na América Latina durante essa fase representavam 56% do total dos investimentos totais na região, ao passo que os IDEs dos EUA não chegavam a 41%²⁸. Mesmo assim, alertamos que a precariedade dos dados sobre IDEs europeus nessa fase, diferentemente das fontes norte-americanas, prejudica o entendimento mais aprofundado sobre o confronto dessas estratégias oligopolísticas na América Latina.

²⁷ BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁸ MARTINS, L. *Nação e corporação multinacional* (a política das empresas no Brasil e na América Latina), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Para situar esses dados, o autor citou a experiência brasileira de internacionalização na indústria automobilística, que ilustra os parâmetros da rivalidade oligopolística no espaço periférico: “Quando o Brasil decidiu promover a implantação da indústria automobilística em seu território, na década de 50, os três maiores produtores americanos (General Motors, Ford e Chrysler) já dispunham de linha de montagens e instalações comerciais no país. Todos três foram insistentemente solicitados pelo Governo brasileiro a aceitarem o programa de substituição de importações. Todos três, também insistentemente, recusaram a idéia de fabricar veículos e autopeças no país, sendo que a Ford chegou mesmo a argumentar que era tecnicamente impossível fundir motores em países de ‘clima tropical’. Deixando a defesa de Berlim (e parte do mercado alemão, naturalmente) aos cuidados norte-americanos, os produtores alemães, sob a liderança da Daimler-Benz e da Auto Union, logo seguidas pela Volkswagen, aceitaram a proposta brasileira e estabeleceram uma cabeça de ponte na América Latina que se revela agora altamente rentável. As empresas americanas só se instalaram no Brasil, como produtores, seis anos depois de iniciado o programa e pagaram por esta reação retardada o preço de verem mais da metade do mercado brasileiro de automóveis sob controle da Volkswagen. Se, de um lado, esse caso é revelador da estratégia global européia (evitar a confrontação e explorar, onde for possível, mercados negligenciados ou de acesso vedado à empresas americanas por razões políticas), de outro, o poderio das multinacionais americanas faz com que, mesmo a partir de uma reação retardada, possam restabelecer em tais mercados o equilíbrio oligopólico. Com efeito, já nos primeiros anos da década de 70, as três empresas principais (Volkswagen, General Motors e Ford) repartiam entre si o controle de 95% do mercado brasileiro de automóveis. A indústria química parece revelar um padrão semelhante” pp.119-8.

Tabela 3

Investimento Direto Estrangeiro Norte-Americano – Setor e Destino
(1967 - US\$ Milhões)

Países	Setores de Manufaturados						Total
	Alimentos	Química	Metais	Maquinaria	Transporte	Outros	
Brasil	58	99	28	142	104	172	603
México	109	268	95	188	114	211	985
Argentina	58	139	30	81	121	107	536
Venezuela	24	68	14	28	s/d	s/d	288
Panamá	3	24	s/d	-	-	9	48
Peru	40	22	9	-	s/d	s/d	140
Colômbia	16	73	s/d	25	s/d	77	191
Chile	10	15	6	3	3	19	56

Fonte: SOURROUILLE, 1984.

Dentre alguns condicionantes externos que permitem compreender os motivos pelos quais o capital internacional preferiu instalar-se nessa região, destacamos os seguintes:

1)- As empresas multinacionais no setor de matérias-primas que procuravam o Oriente Médio sofreram um recuo com a queda dos preços internacionais das *commodities*, não sendo substituídas pelas do setor de manufaturados, visto que estas não encontravam nessas regiões uma infra-estrutura mínima e um mercado consumidor potencial capazes de sustentar suas atividades, como havia na América Latina²⁹.

2)- Outra razão da preferência pelos mercados latino-americanos foi a posição de hostilidade ao IDE por parte do socialismo no leste europeu e na Ásia – além do processo de descolonização na Ásia e na África, havia também as fortes restrições ao ingresso de capital internacional no Japão³⁰;

3)- Do ponto de vista das organizações oligopolistas, o deslocamento de suas estruturas industriais para a América Latina tornava-se mais compatível à defesa de posições estratégicas e à consolidação de mercados que já eram explorados comercialmente³¹.

Com exceção da Venezuela, que liderava os estoques de recursos externos no continente em virtude da exploração de petróleo pelos EUA, Argentina, Brasil e México foram os mais atraentes, como pode ser visto na Tabela 4. Para esses três países, o IDE veio com o objetivo de criar mercados para seu oligopólio manufatureiro, constituindo-se numa industrialização pesada – de encadeamentos e adensamentos produtivos complexos – e impondo-se como a parte mais dinâmica dessas economias, capaz de alavancar em companhia das empresas estatais todos os outros ramos de atividades econômicas. As filiais estrangeiras migraram, dessa forma, para regiões com elevados potenciais de formação de valor, difundindo as relações produtivas do capitalismo originário, sem abrir mão, entretanto, de decisões estratégicas responsáveis pela realização desse mesmo valor, tal como vimos em Michalet. Para tanto, tais oligopólios internacionais exigiam, além de um marco institucional relativamente liberal para suas transferências externas de capitais, um regime cambial

²⁹ NACIONES UNIDAS *El financiamiento externo de América Latina*. Nueva York: UN, 1964; NACIONES UNIDAS *Las corporaciones multinacionales en el desarrollo mundial*. Nueva York: UN, 1973; SOURROUILLE, J. V. *et al Inversiones extranjeras en América Latina: política económica, decisiones de inversión y comportamiento económico de las filiales*. Buenos Aires: ITAL/BID, 1984.

³⁰ BROWN, *op. cit.*, 1974; GILPIN, *op. cit.*, 1975.

³¹ O aprofundamento desse tema pode ser conferido em FAJNZYLBER, F. *Estratégia industrial em empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA - INPES, 1971.

capaz de facilitar a importação de bens de capital e de saldar suas obrigações financeiras com as matrizes. Exigiam também proteção tarifária e o controle das importações de bens de consumos similares aos produzidos internamente como forma de conquistarem reservas de mercado; e ainda buscavam recursos líquidos internos a taxas de juros reduzidas, com amortizações alongadas nos bancos comerciais locais. Tais características estiveram presentes pelo menos nas três maiores economias do continente, funcionando como instrumentos ajustados ao ciclo de penetração de capitais internacionais, sendo o Brasil o que mais recebeu IDE nas décadas de 1950 e 60.

Tabela 4

Investimento Direto Estrangeiro na América Latina

(US\$ Milhões, preços correntes)

Países	1946-50	1951-55	1956-60	Total Geral
Argentina	-113,8	15,8	828,8	730,8
Bolívia	0,2	3,6	66,2	70,0
Brasil	219,6	350,0	743,0	1.312,6
Colômbia	98,9	12,2	18,7	129,8
Costa Rica	20,9	7,4	15,9	44,2
Chile	41,5	93,9	208,3	343,7
Equador	27,2	19,2	29,6	76,0
El Salvador	0,2	-0,1	0,6	0,7
Guatemala	12,0	-2,0	71,8	81,8
Haiti	4,7	21,1	2,1	27,9
Honduras	24,9	41,4	-12,0	54,3
México	176,9	439,4	423,5	1.039,8
Nicarágua	5,5	9,0	10,3	24,8
Panamá	29,2	27,4	78,9	135,5
Paraguai	9,2	2,2	10,4	21,8
Peru	23,0	170,2	179,2	372,4
República Dominicana	4,4	9,1	20,3	33,8
Uruguai	68,0	40,0	20,0	128,0
Venezuela	1.026,4	366,7	1.550,8	2.943,9
Cuba	9,4	89,0	263,0	361,4
Total	1.688,3	1.715,5	4.529,4	7.933,2

Fonte: NACIONES UNIDAS *El Financiamiento externo de América Latina*. Nueva York: 1964.

Argentina, Brasil e México também se destacaram como zona de destino para as multinacionais, na medida em que ofereceram um planejamento estatal capaz de ofertar infraestrutura viável e certos recursos financeiros integrados ao processo de internacionalização industrial, traduzindo-se em zonas de expansão manufatureira com elevadas taxas de retorno no longo prazo às filiais³². O Brasil, por ser o país mais populoso e ter, pela natureza do seu subdesenvolvimento, um padrão de consumo distorcido pela secular concentração de renda como nos mostrou Furtado, apresentava a condição ideal para oferecer um mercado interno adaptado e potencialmente rentável às expectativas de valorização capitalista³³.

Dentre os mercados latino-americanos liderados pelo Brasil, os setores em que os IDEs se fixaram foram os de transporte, química, equipamentos elétricos e mecânicos, cuja oferta de produtos de alto valor agregado destinou-se a uma reduzida e enriquecida faixa da população. Esse ponto é importante para mostrar que não é o capital internacional que se ajusta às condições de planejamento estatal oferecidas para atraí-los e com isso utilizá-los instrumentalmente para

³² A descrição deste processo de investimento dos oligopólios internacionais nos circuitos industriais latino-americanos encontra-se em SHAPIRO, H. *Engines of growth: the state and transnational auto companies in Brazil*, Cambridge University Press, 1994.

³³ FURTADO, C. *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

transformar seus capitalismo em autônomos como os capitais ingleses proporcionaram a certas economias retardatárias. O que ocorreu foi justamente o contrário. Como bem analisou Prado Jr.³⁴, a realidade periférica e de origem colonial coloca as economias latino-americanas à mercê do cálculo oportunista das forças imperiais, onde o capital internacional instrumentaliza o desenvolvimentismo a favor da sua valorização em escala mundial. Trata-se de um entrave à superação do subdesenvolvimento, e não um elemento de avanço como apregoa aqueles que vêem no Plano de Metas de JK no Brasil, por exemplo, a possibilidade de se construir caminhos de emancipação material por meio da intervenção estatal. A dependência externa nos termos desse estágio do imperialismo acomete a própria essência do planejamento, visto que ao submeter os setores mais dinâmicos da indústria pesada ao cálculo dos oligopólios internacionais, as economias periféricas submetem seus mercados internos a apostas especulativas dos investimentos estrangeiros, as colocando cada vez mais reféns de uma incerteza estrutural que neutraliza o alcance da política econômica³⁵.

Para Prado Jr. a incerteza estrutural que aprisiona as economias latino-americanas ao seu velho destino histórico tem no conceito de capital internacional a melhor explicação, permitindo, aliás, qualificar o tipo de articulação que se estabelece entre os espaços econômicos nacionais e as condições para a entrada, permanência e saída. As dimensões potenciais do mercado interno, além de sua proteção à concorrência externa e de sua infra-estrutura prévia resultante da industrialização pesada são os condicionantes que permitem ao IDE definir um tipo de nexos com o sistema econômico nacional periférico. A base de geração de lucros das empresas multinacionais se circunscreve ao desenvolvimento dessas forças produtivas delimitadas por uma escala nacional. Nesse sentido, o tipo de internacionalização que se impõe resulta em uma interação entre o ritmo de acumulação das filiais e o crescimento do produto nacional. Logo, a geração de lucros das empresas multinacionais está atrelada a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia hospedeira, cuja dinâmica determinada pelo capital internacional faz acelerar o desenvolvimento do mercado interno via industrialização pesada.

A condição de permanência do capital internacional é dada pela capacidade de o mercado interno remunerar os lucros das empresas multinacionais conforme o custo-benefício de mover IDE para zonas periféricas. No entanto, a viabilidade para realizar, no centro capitalista, esse valor gerado no espaço periférico pode apresentar incertezas diante dos recorrentes estrangulamentos externos dos países subdesenvolvidos. Não é por outro motivo que as condições para as remessas (saída de capitais) das empresas multinacionais necessariamente têm que ser sustentadas pelo país de destino via exportações ou empréstimos externos, gerando divisas conversíveis. Os bruscos

³⁴ PRADO Jr., C. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

³⁵ A interpretação dessa questão na obra caiopradiana foi feita por SAMPAIO Jr., P. S. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

movimentos de entrada ou queda de investimentos internacionais, diante das dificuldades nas condições para realizar externamente os lucros das empresas multinacionais por via de remessas, subordinam a política econômica dos países latino-americanos, configurando um quadro crônico de instabilidade. Por isso, também, as filiais não estabelecem laços mais fortes com essas zonas periféricas de extração de valor, tampouco constituem plataformas produtivas que participem do núcleo orgânico da corporação responsável por sua estratégia global de acumulação.

Como o próprio Prado Jr. nos ensinou, capital internacional não diz respeito ao mero “capital estrangeiro” identificado apenas com a origem. Trata-se de entendê-lo nessa fase como complementar à lógica de reprodução ampliada do capital, procurando pontuar os seus vínculos precários que se estabelecem com a zona de destino. Em segundo lugar, é também capital internacional porque se articula com interesses nativos e com eles defendem uma rentabilidade esperada que remunera um variado arco de negócios, cuja fronteira nacional se defini apenas como conjuntura de apostas e não um espaço estruturante para construção de um desenvolvimento genuinamente nacional. No afã da valorização que requer um espaço periférico como parte complementar à remuneração do capital internacional, o sócio burguês latino-americano prefere abrir mão do controle da política econômica, que eventualmente confrontaria o imperialismo em seu território, do que ficar alijado das benesses oferecidas pela remuneração imediata na indústria pesada.

Florestan Fernandes³⁶, ao lado de Caio Prado Jr., nos mostrou também como essa dupla articulação, externa e interna, solapa as bases nacionais para o controle do mercado interno, exigindo condições macroeconômicas, institucionais e políticas adaptadas a cada rodada do padrão de acumulação mundial. A crise do mercado interno brasileiro nos anos 1960, por exemplo, mostrou concretamente essas contingências diante da oposição à mobilidade do capital definidas por certas políticas discricionárias no âmbito das “Reformas de Base”. No Governo João Goulart (1961-64), quando algumas forças nacional-populares exigiram maior controle social sobre o tipo de desenvolvimento capitalista em curso, as forças opostas, lideradas por empresas multinacionais, frações do Estado desenvolvimentista, militares e boa parte das burguesias nativas que usufruíram do crescimento econômico proporcionado pela internacionalização a partir de JK, utilizaram da conspiração como tática para aplicar o Golpe Militar em 1964.

Tais forças, a serviço do imperialismo, não apenas buscavam defender a continuidade da rentabilidade oferecida pela industrialização pesada, mas impunham novas mudanças estruturais, que à custa do aprofundamento da dependência externa e do subdesenvolvimento, garantiriam uma nova conexão com o padrão de acumulação capitalista mundial por meio do endividamento externo. Ao mesmo tempo, esse vínculo reformadodaria um renovado fôlego à industrialização pesada no

³⁶ FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo, Global, 2006.

que viria ser entre 1968 e 1973 o “Milagre Econômico”, em decorrência das altíssimas taxas de crescimento econômico. A ditadura militar cumpriria desse modo a missão definida anteriormente, ou seja, garantir uma maior subordinação à mobilidade do capital internacional e seus sócios locais, e junto com ela a rentabilidade dos negócios de toda a “rede imperialista”.

4. Considerações Finais

O que podemos concluir desse trabalho é que o fenômeno da internacionalização dos mercados internos latino-americanos nessa fase do pós-guerra revela especificidades que permitem delimitar com precisão o estágio imperialista. Esse ganho, além de permitir a melhor compreensão da exportação de capital que tem no IDE sua forma estratégica, também demonstra como a descentralização produtiva ao mesmo tempo em que atualizou os capitalismo periféricos, lhes impôs uma metamorfose na estrutura social, sacramentando a condição de dependência e de subdesenvolvimento.

Analisar o período de implantação da indústria pesada na América Latina, e em especial o Brasil no pós-Segunda Guerra, significa igualmente marcar uma posição no debate atual que busca comemorar o período dito desenvolvimentista como aquele cujos países avançaram em termos da implantação da cadeia produtiva, sendo acometidos apenas após a crise da dívida externa e do neoliberalismo. Na verdade, sem desmerecer os determinantes específicos da fase atual de mundialização financeira que impactaram no rumo dos países latino-americanos, o tipo de industrialização vivido a partir dos anos 1950, lhes retirou da mão a capacidade de controlar o destino de emancipação material e social, revelada pela submissão à mobilidade do capital internacional. Se os limites do capitalismo latino-americano em reduzir as debilidades estruturais da sua herança colonial já se fizeram presentes neste estágio imperialista que nosso trabalho buscou minimamente investigar, no momento atual, se coloca como um determinante.

5. Bibliografia

- BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BLOCK, F. *Las Orígenes del desorden económico internacional*. México: Fondo de Cultura, 1987.
- BRENNER, R. *O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BROWN, M. B. *Economia do imperialismo*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1974.
- BUKHARIN, N. *O Imperialismo e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora, Melso, s/d.
- COUTINHO, L. *The Internationalization of oligopoly capital*. Thesis of Doctored. Cornell University, Ithaca, 1975.
- _____. “Mudanças recentes na divisão internacional do trabalho” *Contexto*, n.2, mar., 1977, utilizaremos ao decorrer de toda a tese.
- DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

- _____. *A Internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1986.
- FAJNZYLBBER, F. *Estratégia industrial em empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA - INPES, 1971.
- FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo, Global, 2006.
- FURTADO, C. *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- GILPIN, R. *U.S. Power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. New York: Basic Books, 1975.
- HILFERDING, R. *O Capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOBSON, J. A. *Imperialism, a study*. London: Georg & Unwin, 1968.
- HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. y ROWTHORN, R. “Corporaciones multinacionales y oligopólio internacional: el desafío no americano” In: TESTA, V. *Empresas multinacionales e imperialismo*. Bueno Aires: Siglo XXI, 1973;
- KAUTSKY, K. “O Imperialismo e a guerra”, *História & Luta de Classes*, n.6, Novembro 2008.
- LENIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARTINS, L. *Nação e corporação multinacional (a política das empresas no Brasil e na América Latina)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, K. *As Crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Ched Editora, 1982.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1999.
- MICHALET, C. A. *O Capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- NACIONES UNIDAS *El Financiamiento externo de América Latina*. Nueva York: UN, 1964.
- _____. *Las Corporaciones multinacionales en el desarrollo mundial*. Nueva York: UN, 1973.
- PANITCH, L. e GINDIN, S. “Capitalismo global e império norte-americano”. In: PANITCH, L. e LEYS, C. *Socialist Register 2004: O novo desafio imperial*. Bueno Aires: CLACSO, 2006.
- PRADO Jr., C. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RODAN, P. N. R. “Os Investimentos multinacionais no âmbito da integração latino-americana” In: BANCO Interamericano de desenvolvimento *As Inversões multinacionais no desenvolvimento e integração da América Latina*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1969.
- SAMPAIO Jr., P.S.A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. “Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução” - Apresentação In: LENIN, V.I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas-SP: FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011.
- SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SHAPIRO, H. *Engines of growth: the state and transnational auto companies in Brazil*, Cambridge University Press, 1994.
- SOURROUILLE, J. V. *et al Inversiones extranjeras en América Latina: política económica, decisiones de inversión y comportamiento económico de las filiales*. Bueno Aires: ITAL/BID, 1984.